



## ATA N.º 2574

1 Aos **12** (doze) dias do mês de **novembro** de **2013** (dois mil e treze), reuniram-se, em caráter ordinário, na  
2 Sala de Reuniões do sexto andar da sede das Secretarias de Obras e Viação e do Urbanismo Municipal, às  
3 dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento  
4 Urbano Ambiental (CMDUA). Compareceram: o Secretário da Secretaria Municipal de Urbanismo, **Cristiano**  
5 **Tatsch**, presidindo a sessão; **Anadir Lourdes Alba**, Vice-Presidente, Titular do Fórum Regional de  
6 Planejamento Seis (RGP 6); **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação  
7 (DEM HAB); **Julio Cesar Faria Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC);  
8 **Jussara Pires**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional  
9 (Metroplan); **Marília Schmidt**, titular do Gabinete do Prefeito (GP); **Leonardo Ribeiro Cesar**, primeiro  
10 suplente, e **Sandra Laufer**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); **René de**  
11 **Souza**, titular da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SMGAE); **Luciano Cé**, primeiro  
12 suplente da secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV); **Marcos Berwanger Profes**, titular da  
13 secretaria municipal do Meio Ambiente (SMAM); **Iara Regina Castello**, titular da Universidade Federal do Rio  
14 Grande do Sul (UFRGS); **Fabiana Figueiró**, titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária  
15 Ambiental (ABES); **Jorge Diogo de Jesus**, segundo suplente da associação Riograndense dos escritórios de  
16 arquitetura (AREA); **Fernando Campos**, titular do instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); **Anelise Cancelli**,  
17 primeira suplente do Instituto Urbano Ambiental (IUA); **José Luiz Seabra Domingues**, titular da Ordem dos  
18 Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS); **Antonio Zago**, titular do Sindicato das Indústrias da  
19 Construção Civil (Sinduscon); **Diogo Schiaffino**, titular da Sociedade de Engenharia do rio grande do sul  
20 (SERGS); **Jorge Larré**, primeiro suplente do sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil  
21 (STICC); **Ibirá Lucas**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1); **Osório Queiroz**  
22 **Junior**, titular da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP 2); **Luis Carlos Pires dos Santos**, titular da  
23 Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Clarita Parizotto**, titular da região de Gestão de  
24 Planejamento Quatro (RGP 4); **Ricardo Angelini**, titular da Região de Gestão de Planejamento Cinco (RGP  
25 5); **José Ronaldo Leite Silva**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Altayr**  
26 **Barison**, titular, e **Eduíno de Mattos**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7);  
27 **Dalcina Vargas**, primeira suplente da Região de Gestão de Planejamento Oito (RGP 8); **Alceu Rosa da**  
28 **Silva**, titular, **Heverson Luis Vilar da Cunha**, segundo suplente do Orçamento Participativo, temática  
29 Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano Ambiental (OCDUA), e **Ana Paula Tomasi**, Secretária  
30 Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez a abertura da sessão e deu início à **Votação da Ata**. Por e-  
31 **mail**, Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) solicitou incluir complementações em sua fala da folha 2 (dois) e linha 38  
32 (trinta e oito), e que contasse da seguinte forma: "Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) falou sobre a extorsão no trânsito verificada  
33 na capital, informou que esteve na orla no Gasômetro *no dia 02 de novembro 2013, (sábado) as 17:00hs*, e para a sua surpresa  
34 encontrou plantel de cuidadores de automóveis, de uniformes, que faziam cobranças abusivas, referiu o valor fixo de R\$10,00 (dez  
35 reais), coibindo as pessoas, em especial os moradores da região metropolitana, a efetuar o pagamento sob risco de terem os seus  
36 veículos não cuidados. Disse que denunciou a situação à *EPTC que estava presente no local com uma viatura e dois agentes*, e à  
37 Brigada Militar (BM), mas que não obteve êxito, tendo em vista que a primeira manifestou-se que a questão não era de sua  
38 competência, e que eles (os cuidadores) estavam no direito deles de exigir uma contribuição, já que estavam prestando um serviço, e  
39 que a segunda estabeleceu, como pré-requisito para atuação, que o Conselheiro como denunciante (*interessado*) acompanhasse a ação  
40 e manifestasse a autoria da denúncia frente a frente com os cuidadores e a BM, onde o denunciante descartou esta possibilidade, pois  
41 correria riscos físicos a sua pessoa, etc". Conselheira **Anadir** (RGP 6) informou que na sua fala da folha 2 (dois) e  
42 linha 44 (quarenta e quatro), onde constou "2013" deveria constar "2010". Conselheiro **Jorge** (STICC)  
43 solicitou correção na folha 4 (quatro) e linha 7 (sete): excluir o seu nome e incluir no lugar o nome da  
44 Conselheira Anelise (IUA), como forma de corrigir a especificação da votação realizada, sendo necessário  
45 retirar o nome da Conselheira da linha 5 (cinco), conforme constou equivocadamente. A ata da última reunião,  
46 com as retificações propostas, foi colocada em votação e foi aprovada, recebendo um voto de abstenção e os  
47 demais favoráveis. **Ata Aprovada**. **Presidente** deu início às **Comunicações**. Conselheiro **Zago** (Sinduscon)  
48 manifestou indignação com a votação realizada na última sessão, a qual deliberou alteração no edital de  
49 convocação para as eleições das entidades não-governamentais para compor o CMDUA, prevendo a  
50 restrição para o exercício do voto, de uma procuração por pessoa física. Opinou que a matéria deveria ser  
51 debatida com maior aprofundamento e mediante maior divulgação. Criticou a votação realizada com apenas  
52 15 (quinze) conselheiros presentes. Delegado **Oscar** (RGP 5) informou a impossibilidade de presença do  
53 Conselheiro Ricardo (RGP 5), bem como do suplente Jorge Horácio (RGP 5), justificou e informou que estava  
54 presente na sessão para representar a Região 5. Questionou a situação de vulnerabilidade que denota a  
55 região dos bairros Cristal, Santa Tereza e arredores, quando ocorre vendáveis ou mau tempo. Opinou  
56 necessário qualificar a matriz energética de Porto Alegre. Conselheiro **Alceu** (OCDUA) sugeriu que para as  
57 próximas eleições das Regiões os candidatos para conselheiros fossem submetidos a algum tipo de avaliação  
58 quanto a sua capacitação, como forma de garantir a participação de conselheiros que têm conhecimento  
59 técnico importante, referiu a perda que sofrerá o CMDUA sem a presença do conselheiro Osório (RGP 2) na



## ATA N.º 2574

1 próxima gestão. Opinou que o Conselho não deva ser entendido como esfera política, mas como colegiado  
2 voltado para questões técnicas de urbanismo e ambientais. Conselheiro **Heverson** (OCDUA) concordou mas  
3 opinou importante a troca de informações, referiu exemplo de regramento utilizado para as eleições dos  
4 conselheiros tutelares. Deu detalhes. Informou que solicitou detalhamento à Secretaria Executiva, sobre  
5 informações relativas à liberação dos processos que sofreram ADIN, encaminhada pelo Gabinete do Prefeito,  
6 mas que não objete retorno. Solicitou reiterar o pedido. Informou se fará a escolha dos representantes da  
7 Temática do OP-HOCDUA que representarão a entidade na próxima gestão do CMDUA. Conselheiro **Luis**  
8 **Calos** (RGP 3) informou que reitera suas colocações, informou que é necessário definir quem irá fiscalizar a  
9 situação de transporte de animais nos ônibus, informou necessidade de maior controle de automóveis, e  
10 responsabilidade dos entes públicos frente ao quesito fiscalização, referiu exemplo da EPTC quando  
11 estaciona veículo sobre o passeio público. Referiu denúncias feitas pelos Fóruns ao CMDUA, dentre estas  
12 algumas encaminhadas pelo Fórum 3, para as quais não obtém retorno dos conselheiros. Informou que fará a  
13 formalização das suas manifestações e pedidos de informações, conforme orientação da Secretaria  
14 Executiva. Conselheira **Anadir** (RGP 6) informou situação de congestionamento existente na cidade quando  
15 ocorrem chuvas, informou que no dia anterior demorou 6 (seis) horas para se deslocar da zona sul até o  
16 aeroporto, referiu áreas alagadas, bem como a carência de agentes de trânsito. Opinou que a administração  
17 deva ter maior atenção a melhoramentos possíveis. Em relação às Eleições dos Fóruns Regionais, opinou  
18 que, em havendo o edital prévio, o regramento, bem como o suporte da equipe da SMURB, as dúvidas podem  
19 ser dirimidas previamente e opinou que aqueles que não possuem capacitação ou conhecimento técnico  
20 sobre o tema urbanismo não devem ser prejudicadas em sua participação. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7)  
21 informou realização eleição do Comitê de Bacias do Guaíba, informou fase de escolha das entidades que  
22 integrarão o Comitê. Informou que a próxima etapa elegerá a presidência. Informou sobre o trabalho realizado  
23 pelo comitê, relacionado a ações de médio e logo prazos, referiu conquistas alcançadas e integrantes grupo,  
24 informou a intenção de dar continuidade à luta para a criação de Agência de Cobrança, demanda que se  
25 estende já por 6 (seis) anos. **Presidente** deu início à Ordem do Dia. Processo Quatro Ponto Um.  
26 **Expediente:** 002.330748.00.4 (acompanha 002.330748.00.4.5869). Assunto: Termo de refer}ência.  
27 **Interessado:** Bolognesi Empreendimentos; **Local:** Estrada Dona Francisca Oliveira Vieira – Bairro: Belém  
28 Novo. **Relator:** IUA. **Encaminhamentos:** 1) Retirado de pauta a pedido da SMAM, face Ação Direta de  
29 Inconstitucionalidade; 2) À SMAM em 08/05/2013. À CAADHAP em 16/07/2013. Ao CMDUA em retorno em  
30 05/11/2013. Conselheira **Analise** (IUA), relatora do processo, apresentou. Deu detalhes do projeto futuro.  
31 Informou trâmites e histórico. Detalhou as razões de retirada de pauta do processo em razão de Ação de  
32 Inconstitucionalidade ADIN protelada pelo Ministério Público. Disponibilizou cópia do resultado da ação judicial  
33 e parecer do ministério Público que orienta para o prosseguimento da análise dos processos. Fez a leitura.  
34 Informou manifestação da Conselheira **Rosane** (RGP 8), por e-mail, de solicitação de vistas ao processo.  
35 Informou razões que subsidiaram o retorno do processo à pauta. Informou que no dia 18 (dezoito) de  
36 novembro haveria reunião no fórum 8 para tratar do processo, com a apresentação do projeto. Convidou a  
37 todos. Propôs complementações de Estudos ao Termo de Referência em pauta: Adoção de pavimentação  
38 drenante, sistema de drenagem ecológico, eficiência energética na rede pública, sistema de captação da água  
39 da chuva, criação de ciclovias interna e bicicletário, centro de tratamento de espécies vegetais e horta  
40 comunitária, coleta seletiva do lixo e orientação à comunidade, previsão frente à taxa de ocupação dos lotes  
41 ao longo do tempo, neste item referiu as alterações que os empreendimentos voltados à população de baixa  
42 renda tendem a sofrer após a sua entrega pela continuidade das construções que sobrecarregam a estrutura  
43 inicial projetada. Sugeriu incluir ainda item relacionado à avaliação do gasto energético e redução dos níveis  
44 de calor, sugeriu prever o critério de plantio de uma árvore a cada unidade habitacional, critério já adotado  
45 pela Caixa Federal, bem como o selo Caixa Azul deve ser adoto, referiu os critérios, seis, para a utilização do  
46 selo. Deu detalhes. **Presidente** questionou sobre a questão do tratamento de dejetos. Relatora esclareceu.  
47 Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) questionou contrapartidas previstas ao entorno, detalhou melhorias necessárias  
48 na região. Conselheiro **Fernando** (IAB) informou sobre a realização da Conferência da Agricultura e  
49 Abastecimento, referiu a demanda de agricultores e moradores do extremo sul para a moratória dos  
50 empreendimentos do tipo apresentado, referiu razões que se dão pelas características que vão de encontro  
51 ao planejamento para a estruturação da área rural na região, referiu a existência do corredor ecológico, e deu  
52 detalhes. Opinou necessário realizar política que verifique a questão de moradias e desenvolvimento da  
53 região. Informou que recebeu a versão final do Termo de Referência o qual foi relator junto ao CMDUA,  
54 relativo à área do pontal do estaleiro, e lamentou que determinados itens aprovados pelo Conselho não foram  
55 contemplados. Deu detalhes. Conselheiro **Luis Carlos** questionou questão legal. Relatora informou.  
56 Conselheira **Dalcina** (RGP 8) formalizou a solicitação de vistas ao processo pela região 8 e a realização de  
57 reunião do Fórum para tratar do tema no próximo dia 18 (dezoito) de novembro. Conselheira Anadir solicitou  
58 esclarecimentos sobre a manifestação do Ministério público e seguiram os debates. Finalizadas as



ATA N.º 2574

1 manifestações, foi dada continuidade à Ordem do dia. **Vistas à RGP 8. Item Quatro ponto Dois.**  
2 **CRONOGRAMA Eleições das entidades Não-Governamentais do CMDUA – Gestão 214/2015. Minuta de**  
3 **Edital de Convocação. Conselheira Anadir** informou deliberações sobre o item em pauta realizadas na última  
4 sessão. Informou trâmites internos na SMURB, após a sessão, os quais impediram a publicação do edital na  
5 data prevista. Referiu situação polêmica que exigiu elaboração de parecer jurídico da secretaria. Informou que  
6 por este motivo a minuta de edital retornava à pauta do Conselho, como forma de haver o referendo de novo  
7 cronograma, alterações que se davam na forma de 1 (uma) semana de adiamento em relação às datas  
8 aprovadas na última sessão. Deus detalhes. Foi distribuído a todos minuta do edital com as alterações  
9 propostas, cronograma atualizado, bem como modelo de ficha de inscrição, documentos estes que foram  
10 enviados previamente a todos por e-mail. Conselheiro **Zago** (Sinduscon) reiterou manifestação de  
11 descontentamento com a deliberação e com a forma como a mesma ocorreu na última sessão. Conselheiro  
12 **Leonardo** (SMURB) deu detalhes sobre os trâmites na SMURB mencionados pela Presidente Anadir e  
13 procedeu a leitura do parecer da Procuradoria Setorial da SMURB anexado ao expediente, após a sua  
14 avaliação, o qual segue transcrito: “Ao Sr. Presidente do CMDUA: Trata-se de Impugnação oposta pela Associação  
15 Gaúcha dos Advogados do Direito Imobiliário e Empresarial – AGADIE, na pessoa do Sr. José Euclésio dos Santos,  
16 Conselheiro representante da AGADIE no CMDUA, quanto à deliberação do CMDUA, de que, “para o exercício do voto,  
17 as pessoas físicas que estiverem presentes para participar da eleição, poderiam representar apenas uma entidade  
18 participante, como forma de evitar que uma única pessoa vote em nome de diversas entidades.”linhas 56, 57 e 58 do  
19 documento acostado às fls. 15, Ata da Sessão do dia 05/11/2013, do presente processo. O Impugnante aponta os  
20 artigos 653, 654 e 656 do Código Civil Brasileiro, acrescido da lição do Respeitável Silvio Venosa, como fundamento  
21 legal para garantir a permissão de Procuração para o exercício do voto. É o brevíssimo relatório. Inicialmente entendo  
22 por demais oportuno esclarecer que a matéria em estudo deverá ser delimitada estritamente quanto à legitimidade  
23 do CMDUA em decidir sobre a utilização de Instrumento de Procuração por pessoas jurídicas para votar em nome de  
24 mais de uma entidade. Para tanto, vejamos: Da leitura do Edital, destacadamente o item 3.2 e 3.2.1, que regula o  
25 Processo Eleitoral para a escolha de Entidades para integrarem o CMDUA, conclui-se, de plano, pela impossibilidade da  
26 utilização de diversas Procurações a um mesmo procurador, eis que, para a eleição, necessário se faz a realização de  
27 Plenária, previamente à votação, ato este imprescindível à constituição do próprio Fórum. Ademais, instituído o Fórum,  
28 cada Entidade inscrita tem a oportunidade de apresentar suas candidaturas com objetivo de embasar a escolha dos  
29 demais participantes através do voto, garantido, assim, a natureza democrática do processo. Assim, considerando que a  
30 presença da Entidade ou de seu Representante é requisito essencial à formalização do Procedimento Eleitoral, sem  
31 qualquer esforço podemos concluir que uma mesma pessoa física não poderá cumular representações para votar. E,  
32 mais, o CMDUA, ao emitir sua decisão de limitar a representação do exercício do voto a apenas uma Entidade, cumpre  
33 com os Princípios Democráticos basilares de nossa Carta Maior e devidamente replicado na Lei Orgânica do Município,  
34 bem como também destacado na Lei Complementar nº 601/2010, que rege os Conselhos Municipais em geral, conforme  
35 preceitua “in verbis”: LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010. Dispõe normas gerais sobre os Conselhos  
36 Municipais, nos termos do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e revoga legislação sobre esse tema. O PREFEITO  
37 MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições  
38 que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei  
39 Complementar: Art. 1º Os Conselhos Municipais reger-se-ão pelo disposto nesta Lei Complementar, nos termos do art. 101 da Lei  
40 Orgânica do Município de Porto Alegre. Art. 2º Os Conselhos Municipais são órgãos de participação direta da comunidade na  
41 Administração Pública e têm por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias referentes a cada setor da Administração Pública.  
42 Art. 3º Os Conselhos Municipais têm por competência geral: I – estimular a participação popular nas decisões do Município de Porto  
43 Alegre e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições;(grifo nosso). Por fim, entendemos que a deliberação do CMDUA  
44 de que, “para o exercício do voto, as pessoas físicas que estiverem presentes para participar da eleição, poderão  
45 representar apenas uma entidade participante, como forma de evitar que uma única pessoa vote em nome de diversas  
46 entidades”, está plenamente em conformidade com a legislação que regulamenta a matéria. É o entendimento. Juvenal  
47 de Melo Soares – Procurador Municipal - Matrícula 82.536.4”. Fez a leitura de itens explicativos atualizados no  
48 edital, tais quais: a informação de que seria disponibilizado para as inscrições ficha de inscrição pela SMURB,  
49 de que a hora de término da eleição fora incluída no texto de abertura do edital e que a possibilidade de  
50 prorrogação desse horário em 30 minutos foi prevista em suas especificações. Conselheiro **Domingues**  
51 (OAB) manifestou a sua discordância com o parecer do Procurador Juvenal, o qual emitiu o parecer anexado  
52 ao processo. Opinou que o CMDUA estava impedindo o direito da entidade de escolher o seu representante  
53 legal, prejudicando desta forma a legitimidade do processo. Deu detalhes. Conselheira **Anadir** (RGP 6)  
54 esclareceu que não se tratava de impedir que a entidade desse procuração à representante, mas sim de  
55 impedir que uma mesma pessoa participasse do processo como representante de diversas entidades. Referiu  
56 que foram recebidas reclamações pela SMURB de que na última eleição houve participante que votaram  
57 representando mais de dez entidades. Conselheiro **Fernando** (IAB) opinou qualificada a decisão, parabenizou  
58 o bom senso e a deliberação do CMDUA neste sentido. Referiu situações verificadas nas últimas eleições que  
59 causavam estranheza, como o caso referido pela conselheira Anadir. Disse que já questionou situações e que  
60 foi ameaçado. Conselheira **Iara** (UFRGS) questionou quanto ao cronograma, se poderia haver antecipação  
61 em datas, tendo em vista a existência de dois dias ociosos no cronograma. Conselheiro **Leonardo** (SMURB)  
62 informou razões que impediam a antecipação. Conselheira **Iara** (UFRGS) parabenizou o entendimento



**ATA N.º 2574**

1 manifestado pelo Procurador Juvenal no parecer lido, opinou que foi possível encontrar solução clara que  
2 esclarecesse a necessidade de presença das entidades na plenária que antecedia o voto, sem a qual não  
3 haveria a oportunidade de discussão entre o grupo. Finalizadas as colocações, a minuta do edital com o  
4 cronograma atualizado foi colocada em votação e foi aprovada, 3 (três) votos contrários (Domingues (OAB),  
5 Zago (Sinduscon), e Jorge (STICC)), 1 (uma) abstenção (Eduíno (RGP 7)) e 22 (vinte e dois) votos favoráveis,  
6 manifestados pelos demais presentes. **Aprovado. Processo Quatro Ponto Três. Expediente:**  
7 001.045500.13.4. Assunto: Atualização dos Valores do Solo Criado. **Interessado:** SMURB. **Relator:** AREA.  
8 Conselheiro **Jorge** (AREA), relator do processo, apresentou. Informou alteração no percentual utilizado para a  
9 atualização dos valores. Informou cálculos realizados pela Secretaria Municipal da Fazenda SMF. Informou  
10 correção realizada de acordo com o mercado a partir de tabela utilizada pela Secretaria, da mesma forma  
11 como foi realizado na última atualização. Informou legislações envolvidas e importância da atualização.  
12 Conselheiro **Eduíno** questionou qual o indicador utilizado. Conselheiro **Alceu** (OCDUA) referiu trâmites  
13 anteriores, informou que na última análise pelo Conselho foi deliberada a avaliação semestral pelo CMDUA,  
14 conforme regramento legal, prazo o qual não foi respeitado. Criticou a perda que a Prefeitura sofre com a falta  
15 de atualização devida. Solicitou Vistas ao processo. Presidente formalizou o pedido prévio de vistas pela  
16 Conselheira Anadir (RGP 6). Conselheiro **Fernando** (IAB) informou atribuições do CMDUA frente o Solo  
17 Criado, informou competências listadas no PDDUA. Informou que a falta de atualização devida acarreta perda  
18 de investimentos, e que os valores devem ser muito bem analisados, sendo esta pauta de interesse da cidade  
19 como um todo. Referiu a abrangência do tema. Solicitou vistas e sugeriu a organização de procedimento que  
20 possibilitasse as Vistas Conjuntas aos interessados. Conselheira **Anadir** (RGP 6) informou trâmites sobre a  
21 questão realizados em dois mil e dez, pela primeira vez no Conselho, para a avaliação dos valores e da  
22 metodologia. Informou que a atuação do CMDUA não é de apenas aprovar os valores de solo criado, mas de  
23 aprovar metodologia para a definição dos valores. Informou detalhes, referiu a demora de um ano para a  
24 publicação dos valores após a aprovação pelo CMDUA. Referiu perda ao erário público. Informou que 85%  
25 (oitenta e cinco por cento) dos valores são destinados à área da Habitação Popular. Informou debate realizado  
26 pelo Fórum 6 com o DEMHAB e a avaliação de que a verba pode ser utilizada para resolver situações de  
27 calamidade que deixam comunidades carentes vulneráveis. Reiterou que o CMDUA votou e definiu que se  
28 formaria grupo de trabalho, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, para criar rotina que oportunizasse a  
29 atualização semestral. Deu detalhes. Conselheiro **Jorge** (AREA), relator, opinou importante solicitar à SMF  
30 esclarecimentos sobre a forma utilizada para os cálculos. Conselheiro **Ibirá** (RGP 1) questionou sobre  
31 percentuais e fundo relativo à venda de solo criado. Questionou como ocorre a captação, e se ocorre, dos  
32 15% (quinze por cento) destinado à SPM, hoje SMURB. **Presidente** informou que os Fundos têm destinação  
33 específica, informou que boa parte dos recursos da SPM não foram repassados, mas que constam no Fundo.  
34 Conselheiro **Fernando** (IAB) informou que se trata de contrapartida organizada e importante. Salientou  
35 relevância e abrangência do tema. Finalizadas as colocações, o processo foi encaminhado para vistas à RGP  
36 6, em conjunto com os demais interessados, IAB e OP – HOCDUA. **Vistas à RGP 6 e demais.** Finalizada  
37 Ordem do Dia, às 19:50 (dezenove horas e cinquenta minutos), foram finalizados os trabalhos do CMDUA.  
38 Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o Presidente e a Vice Presidente, assino e lavro a presente ata.

42 \_\_\_\_\_  
43 **Ana Paula Tomasi**  
44 Secretária Executiva

42 \_\_\_\_\_  
43 **Cristiano Tatsch**  
44 Presidente

46 \_\_\_\_\_  
47 **Anadir Lourdes Alba**  
48 Vice Presidente

49  
50 Não foram solicitadas retificações a presente ata.

51  
52 *A íntegra desta sessão encontra-se disponível em áudio junto à Secretaria Executiva deste Conselho.*